

PROFISSÃO OU A NOVA ESCRAVIZAÇÃO DO SÉCULO? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PROSTITUIÇÃO DA MULHER

Thailline Dullius¹
Dantielli Assumpção Garcia²

RESUMO: Tomando por base os dizeres da ex-prostituta Sonia Sánchez, defensora da abolição da prostituição, e da prostituta Monique Prada, colunista da Mídia Ninja, automeada putativista e defensora da prostituição como profissão, este artigo busca analisar algumas Sequências Discursivas a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa. Dessa forma, buscou-se compreender os efeitos de sentido sobre a prostituição e responder quais mulheres ambos os dizeres podem estar silenciando. Pode-se concluir que Sonia Sánchez trata a escolha como uma ilusão, causando efeitos de sentidos que silenciam o poder de escolha das mulheres que estão na prostituição, e Prada busca ressignificar o termo puta, causando efeitos de sentidos que silenciam os sentidos pejorativos da mulher puta que ecoam na memória.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Profissão. Análise de Discurso Pecheutiana.

PROFESSION OR THE NEW SLAVERY OF THE CENTURY? A DISCURSIVE ANALYSIS OF WOMEN'S PROSTITUTION

ABSTRACT: Based on the statements of the former prostitute Sonia Sánchez, advocate for the abolition of prostitution, and the prostitute Monique Prada, columnist for Mídia Ninja, self-appointed "putativista" and defender of prostitution as a profession, this article aims to analyse some Discursive Sequences from the theoretical assumptions of French Discourse Analysis. Thus, seeking to understand the meaning effects on prostitution, we intended to answer which women both discourses may be silencing when addressing prostitution as a profession or exploitation of women. It can be concluded that Sonia Sánchez treats choice as an illusion, causing meaning effects that silence the women's power of choice in prostitution; while Prada seeks to redefine the term prostitute, causing meaning effects that silence pejorative meanings of the word that echoes in memory.

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras na UNIOESTE. E-mail: haillinedullius5@gmail.com>

2 Doutorado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, docente no Programa de Pós-graduação em Letras (UNIOESTE). E-mail: dantielligarcia@gmail.com

KEYWORDS: Prostitution. Profession. Pecheutian Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

Existem quatro tipos de modelos legais sobre o sistema de prostituição, sendo eles o modelo proibicionista (criminalização da prostituição), o modelo regulacionista (legalização da prostituição), a descriminalização total da prostituição (não há leis de controle) e o modelo abolicionista (criminalização apenas da demanda), desse modo, a prostituição acaba sendo um assunto que divide opiniões no mundo inteiro.

Considerando isso, o trabalho apresentado dedica-se a uma análise dos dizeres da prostituta Monique Prada, automeadada putativista, defensora da legalização da prostituição e colunista da Mídia Ninja, um veículo de imprensa que se considera alternativo e filia-se a um discurso liberal em relação à prostituição, e dos dizeres da ex-prostituta argentina Sonia Sánchez, coautora do livro “Nenhuma mulher nasce para ser puta”, defensora do modelo abolicionista e com um discurso que se filia a um ideal de feminismo radical.

A partir dos recortes selecionados, buscamos responder à seguinte questão: quais mulheres ambos os discursos estão silenciando? Além de compreender o funcionamento desses dizeres que se opõem ideologicamente. Para isso, nos filiaremos à perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, utilizando os pressupostos teóricos de Formação Discursiva, Formação Imaginária, Formação Ideológica e Silenciamento, refletindo sobre “a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.” (Orlandi, 2015, p. 15).

Além disso, como posto anteriormente, trabalhamos com a noção de Silenciamento, teorizado por Orlandi. Assim, levando em

conta que “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso.” (Orlandi, 2007, p. 102), pensamos nos efeitos de sentidos que esses discursos contraditórios produzem e se a política do silenciamento se faz presente, considerando que existem mulheres que se sustentam a partir da prostituição; as que usam a prostituição como uma segunda renda; as que são exploradas e não tiveram escolha; as que foram prostituídas; as que tiveram escolha, mas seguiram esse caminho por algum motivo e as que não tiveram escolha, mas defendem a prostituição como profissão.

Desta maneira, considerando a grande discussão que permeia a legalização e a abolição da prostituição, consideramos fundamental a produção deste trabalho, para que se possa ampliar a compreensão das questões de gênero e, não obstante, de uma política que se pauta em uma sociedade capitalista.

Posto isso, este artigo buscou não se restringir a apenas um olhar em relação à prostituição, mas trazer duas perspectivas contraditórias, percebendo suas diferenças e suas contradições e, sobretudo, trazer uma reflexão sobre esses dizeres que se constroem e dizem sobre o corpo da mulher e sobre suas (não) escolhas.

PROSTITUIÇÃO: UMA (NÃO) ESCOLHA?

Para iniciarmos a análise a respeito da prostituição, levantaremos, nesta seção, a questão da (não) escolha e os fatores que implicam as mulheres a considerarem a prostituição como uma forma de trabalho, ou sua única forma de sustento, ou, ainda, como uma forma de complementar sua renda. À vista disso, ponderaremos dois dizeres, duas vozes, para esmiuçar a temática da prostituição que carrega consigo questões sociais, raciais e de gênero.

A prostituição existe porque há demanda e porque as desigualdades sociais e raciais tornam as mulheres vulneráveis; prostituir-se, muitas vezes, é a única forma de não passar fome. “A prostituição formaliza a subordinação das mulheres por sexo, raça e classe; assim, a pobreza, o racismo e o sexismo estão inextricavelmente ligados à prostituição.” (Farley; Franzblau; Kennedy, 2014, p. 111, tradução nossa)³.

As discussões acerca da prostituição não buscam e não devem excluir as mulheres que escolheram viver assim, porém, as mulheres que optaram pela prostituição são minoria. Enquanto essa minoria luta pelo reconhecimento da prostituição como uma profissão, outras definem a prostituição como estupro e escravidão voluntária.

A busca pela “liberdade de escolha” das mulheres é uma luta antiga, que vem crescendo e já trouxe consigo muitos resultados, desde poder se desvencilhar da ideia de mulher do lar, ter o direito de votar, até a ideia de liberdade sexual.

É importante ressaltar que, nesta pesquisa, quando utilizamos aspas em palavras como liberdade e, principalmente, escolha, é no sentido de trazer uma reflexão em relação às mulheres que estamos falando e trazer um jogo de significantes referente a essas palavras, pensando o que é escolha, liberdade e quem são as mulheres que podem escolher. Para a Análise de Discurso, o sujeito não possui escolha ou liberdade, visto que é “ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade se limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua.” (Orlandi, 2015, p. 48).

Além disso, consideramos os significantes “escolha” e “liberdade” equívocos, visto que, conforme apresentarmos os dizeres

3 “Prostitution formalizes women’s subordination by sex, race, and class and thus poverty, racism, and sexism are inextricably connected in prostitution.”

que defendem a prostituição como profissão e os que defendem a abolição, os sentidos irão deslizar entre a escolha e a liberdade no sentido empoderamento e a (não) escolha como exploração. Assim, nesse segundo sentido, a escolha seria uma ilusão do sujeito.

Sobre a liberdade do corpo e da vida sexual da mulher, temos divergências de ideias, principalmente quando o assunto é a prostituição e a pornografia. O feminismo radical, como anticapitalista, coloca esse ideal de liberdade do corpo da mulher como uma forma de exploração no mercado, camuflado com uma imagem de empoderamento. Do outro lado, temos o feminismo liberal, defendendo esse poder de escolha, se a mulher escolher, qual o problema?

Tecer uma solução para os problemas que existem na prostituição é complicado, apesar da urgência desse assunto há muitos elementos a se considerar. Ao mesmo tempo que é necessário pensar nas mulheres que escolheram a prostituição como profissão e aquelas que, com a abolição, se tornariam desempregadas, é inviável simplesmente regulamentar e que ignorar toda a exploração presente em um sistema em que a mercadoria é a própria pessoa.

A filósofa espanhola Ana de Miguel Álvarez, em seu artigo “La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana”, nos propõe a pensar, justamente, nesta “mercadoria”. Ela afirma que a prostituição não deve ser definida apenas como uma troca entre dinheiro e sexo, mas sim uma prática em que é garantido aos homens total acesso ao corpo de mulheres, uma prática que fortalece a desigualdade entre os gêneros e estigmatiza o corpo da mulher.

Esse acesso ao corpo das mulheres a partir da prostituição não é algo novo. Existe uma naturalização da prostituição, a prostituição sempre existiu e é interessante e importante perceber como essa prática se

adapta a cada período:

A prostituição é uma construção histórica, que foi modificada e adaptada a cada época, mas podemos dizer que desde o início combina aspectos da sexualidade, da família, das relações econômicas e de poder em cada sociedade. É importante destacar dois processos fundamentais nas sociedades ocidentais que se relacionam com as visões e posições sobre a prostituição. O primeiro é o papel do cristianismo e sua influência na constituição das relações sociais e dos valores que as orientam. O segundo se refere às mudanças introduzidas pelo capitalismo, sobretudo com a mercantilização, a urbanização, a concentração da propriedade privada e da acumulação de um lado, e a pobreza de outro. (Faria; Coelho; Moreno, 2013, p. 3)

Como uma sociedade capitalista, precisamos reconhecer que o capital incorporou o patriarcado para manter uma estrutura de divisão sexual do trabalho. Além dessa divisão, desde quando se iniciou a propriedade privada, existe um controle sobre a sexualidade da mulher. Esse controle se dá a partir de instituições como o casamento e, também, segundo abolicionistas, a partir da prostituição.

Em um sistema capitalista, o interesse de manter um sistema de exploração como a prostituição é, além do controle sexual das mulheres, também econômico:

A prostituição também faz parte da construção de representações para controlar e julgar as mulheres a partir de sua sexualidade como honradas ou não, para definir punições, estigmatizar e dividir as mulheres. [...] Mas a prostituição também cumpre um papel econômico, seja como um negócio mundial, seja no controle cotidiano por cafetões e cafetinas. A ideia de que as mulheres em situação de prostituição ficam com parte significativa do dinheiro é falsa. (Faria; Coelho; Moreno, 2013, p. 5-6)

O fato de proxenetas receberem pelo trabalho sexual de mulheres é um dos grandes argumentos que abolicionistas usam para lutar pelo fim da prostituição, já que é uma forma de exploração que seria regulamentada para enriquecer bolsos de terceiros.

Por outro lado, Monique Prada, putativista e defensora da legalização da prostituição, alega que, no capitalismo, qualquer trabalho é explorador. Monique também compara a prostituição com o trabalho doméstico e com fritar hambúrgueres em uma lanchonete.

Apesar da discordância entre os discursos contra e pró-prostituição, há um ponto em comum: não criminalizar a prostituta. O modelo abolicionista não busca tornar a mulher prostituta criminosa, a luta é pela criminalização da demanda e da desconstrução da ideia de que se pode comprar o consento de alguém.

O intrigante é que nesse ponto em comum se revela mais uma incompatibilidade: não se criminalizará a prostituta no modelo abolicionista, mas se criminaliza a demanda, sendo assim, segundo as defensoras do modelo regulacionista, essas prostitutas trabalharão de forma clandestina, deixando de ter o mínimo de segurança para garantir o sustento para si e para sua família.

Quando buscamos sobre a posição que o feminismo toma em relação à prostituição, temos, também, uma divergência de opiniões. O feminismo radical se posiciona como abolicionista, visto que é uma vertente que coloca o capitalismo como um fator agravador do patriarcado e busca o fim da exploração dos corpos das mulheres sem criminalizá-las.

Em contraposição, feminismo liberal se coloca a favor do modelo regulacionista, o qual busca uma prostituição regulamentada pelo Estado como uma profissão. Há, também, a defesa da descriminalização to-

tal, essa defendida por mulheres que se nomeiam “trabalhadoras do sexo”, pois, segundo elas, as leis retiram sua autonomia.

Em relação à regulamentação, profissionais do sexo buscam estabelecer uma diferença entre a prostituição forçada e a escolhida como uma profissão, também lutam pelo fim da prostituição de crianças e pelo fim do tráfico de pessoas. Segundo elas, isso seria possível se fossem ouvidas pelas defensoras da abolição.

Elas entendem essa perspectiva como de defesa dos direitos humanos e da justiça social, já que, ao regularizar e garantir direitos sociais e trabalhistas às profissionais do sexo, isso diminuiria as condições de exploração, coerção e engano presentes na situação de tráfico de pessoas. Além do que essa perspectiva entende que, ao garantir que a prostituição seja considerada como um trabalho legítimo, criar-se-ia um ambiente propício para que as vítimas de tráfico de pessoas procurassem e denunciassem o crime às autoridades competentes, já que não haveria o estigma de exercer uma profissão ilegal. Por defender a regularização da prostituição como uma profissão, essa abordagem também é chamada de regulacionista ou “não abolicionista”. As feministas que defendem esse tipo de abordagem, por vezes, são chamadas, pejorativamente, de “pró-prostituição”. (Bazzano, 2013, p. 425)

Para tratar da prostituição, as feministas abolicionistas apontam para o tráfico de pessoas. Para as regulacionistas, o tráfico e a exploração são violações contra as mulheres e devem ser combatidos, no entanto, não se devem silenciar as que escolheram se prostituir.

Diante disso, profissionais do sexo acusam as abolicionistas de perpetuarem um estereótipo de uma mulher vítima, submissa e incapaz de fazer escolhas, e, também, por disporem de um olhar conservador em relação à prostituição: “Se a capacidade de ação das mulheres é reconhecida noutras análi-

ses do patriarcado, porque não no tráfico sexual?” (Santos; Gomes; Duarte, 2009, p. 79).

Para discutir e refletir sobre os discursos que apontam para prostituição como uma escolha e como uma profissão, pensamos em dois dizeres contraditórios: uma ex-prostituta abolicionista e uma prostituta, automeada putativista, defensora da regulamentação da prostituição. Para Sonia Sánchez, uma mulher que realiza um trabalho sexual não é uma mulher, mas uma boca, uma vagina e um ânus: “Esse trabalho nos reduz a isso”. Para Monique Prada, criar uma lei que abole a prostituição é só mais uma forma de controlar corpos e comportamentos de mulheres e, ainda, considera que criminalizando os clientes, as prostitutas ou trabalharão clandestinamente, ou ficarão desempregadas: “Eu pergunto a ela o que devo eu, prostituta, fazer no dia seguinte à aprovação do modelo de criminalização do cliente no Brasil. No que devo trabalhar?”

REIVINDICANDO SENTIDOS: PUTATIVISTA

Para pensarmos no termo putativista, retomamos uma das análises feitas em minha Iniciação Científica sobre a pornografia. Para o feminismo liberal, é possível produzir uma pornografia feminista que busca atender o prazer feminino. Assim, o feminismo liberal acaba diferenciando a pornografia mainstream da pornografia feminista, reivindicando, a partir do funcionamento da memória, aquilo que sempre foi silenciado: o prazer da mulher.

Em uma entrevista para Ponte Jornalismo, em 2016, Monique Prada diz que uma prostituta feminista pode gerar estranhamento, mas por muito tempo era estranho pensar em uma prostituta como uma pessoa. Por essa questão que pensamos na denominação de putativista como uma ruptura nas formações discursivas, uma ruptura que reivindica outros sentidos em relação à mulher prostituta.

Essa reivindicação de outros sentidos não vem somente de Monique Prada, muitas prostitutas levantam bandeiras como putas feministas. Outro exemplo, também, é a Marcha Das Vadias, que buscou ressignificar o termo “vadia”.

Ao definir o que é ser vadia, busca fazer com que haja uma identificação por parte das mulheres ao discurso que circula. Nessas definições, aparecem inúmeras formulações em relação a atitudes das mulheres que a sociedade enxerga como algo não pertinente a ela, tais como: ocupar espaços de poder, ser dona de seu corpo, ser mãe solteira, entender de matemática, transar com quem e quando quiser, abortar. Ao definir, podemos ver a presença de um discurso outro que aponta para o comportamento esperado da mulher: não ocupar espaço de poder, não ser mãe solteira, não entender de matemática, não transar com quem e quando quiser, não abortar. A Marcha busca fundar uma outra discursividade que inscreverá as formulações sobre a mulher e, principalmente, sobre a mulher vadia. (Garcia, 2017, p. 84–85)

Assim como a Marcha das Vadias e a pornografia feminista, podemos pensar no termo putativista como uma forma de reivindicar seus direitos e seu lugar na sociedade. Definir-se como puta e ativista, portanto, também é uma forma de contradizer os sentidos já postos, resistir “a esses dizeres tão estabilizados na sociedade, produzindo um furo e mexendo com as formulações que estão em circulação no idioma e em seus instrumentos linguísticos.” (Garcia, 2017, p. 85).

No entanto, como o funcionamento da memória faz com que os efeitos de sentidos sobre puta sejam de uma mulher suja e promíscua, reivindicar esse deslocamento de sentido não trará consequências diretas na formação imaginária que se tem de uma puta. Em razão disso que, para o feminismo radical, não existe prostituição sem exploração de mulheres.

Para compreendermos essa diferença de filiações discursivas, Sonia Sánchez, ex-prostituta e abolicionista que compõe nosso corpus, é coautora do livro chamado “Nenhuma mulher nasce para ser puta”, portanto, para Sonia Sánchez e abolicionistas em geral, nenhuma mulher escolheu ser puta e nenhuma deveria ser, pois, como já colocado antes, não seria possível pensar em uma prostituição sem exploração, nem em um deslocamento de sentido sobre o que é ser puta em nossa sociedade.

Pensando ainda no termo putativista, a partir de outra perspectiva, Mirielly Ferraça, ao tratar sobre garotas de programas que são mães, afirma que ocupar esses dois sentidos (mãe e garota de programa), é constituir um entre-lugar, “o lugar do possível, permitindo que o sujeito se constitua e faça parte de posições antagônicas, sem desmoronar discursivamente.” (Ferraça, 2016, p. 993).

Ferraça trata esse entre-lugar como uma forma possível do sujeito sentir um efeito de completude, mesmo vivendo no conflito de suas contradições, visto que

mesmo em meio ao conflito, de alguma maneira, algumas contradições são “resolvidas” discursivamente pelas entrevistadas, numa forma de transitar entre um lado e outro, ocupando, de certa forma, um entre-lugar. Segundo o discurso das entrevistadas, elas habitam o lugar de garota de programa porque são, antes de tudo, mães e, justamente por isso, para cumprirem o papel social materno, prostituem-se. [...] as formações discursivas que se cruzam e se confrontam no discurso produzem para as garotas de programa a sensação de completude, por isso não há (haveria) contradição em ser mãe e ser prostituta, por exemplo, inclusive porque se os sujeitos não se sentirem plenos (interpelação), eles “desmoronam” discursivamente. (Ferraça, 2016, p. 994-996)

Assim, segundo Ferraça, essa contradição só é percebida pelo analista, visto que

para a AD, o indivíduo está sujeito à linguagem e as suas contradições, de forma inconsciente.

Nesse embate discursivo, parece haver, assim, um possível entre-lugar que possibilita ocupar o “inocupável” de um modo “tranquilo”. Em outras palavras, a contradição existe, mas parece ser o analista que percebe isso, pois as garotas de programa se sentem plenas discursivamente, ilusão própria do funcionamento ideológico. (Ferraça, 2016, p. 995)

Em relação à Monique Prada, transitar entre puta e ativista, estar nesse entre-lugar, é resistir, resignificar e reivindicar. Para se manter como trabalhadora do sexo, Monique Prada luta e levanta bandeiras em favor de uma prostituição regulamentada, tomando, assim, o entre-lugar entre puta e ativista. Dito isso, “pensa-se no entre-lugar discursivo como espaço do possível, como lugar fronteiro entre formações discursivas díspares que coexistem entre choques e embates e que permitem que o sujeito (sobre) viva nesse entremeio.” (Ferraça, 2016, p. 995).

ENTRE (NÃO) ESCOLHAS: A PUTA ATIVISTA E A PUTA QUE NÃO VALE NADA

Nesta seção, organizamos 8 sequências discursivas (SDs) selecionadas. A seleção das SDs se deram a partir da entrevista da ex-prostituta Sonia Sánchez, que defende a abolição da prostituição, feita pela Graciela Atencio no site espanhol Geo Violencia Sexual no ano de 2015 e do texto escrito por Monique Prada, na revista online Mídia Ninja em 2019, intitulado “Cuidado: trojan ameaça as lutas feministas no Brasil e no mundo – e ele pode estar escondido na luta antiporn”.

Adotou-se a metodologia de Análise de Discurso para analisarmos as Formações Discursivas, Formações Imaginárias e Formações Ideológicas dos dizeres de nosso corpus. Além dos efeitos de sentido que po-

dem estar silenciando mulheres da/na prostituição.

Primeiramente, analisaremos a entrevista de Sonia Sánchez, que faz um relato sobre como entrou para a prostituição, como saiu e sobre sua luta abolicionista. Na sequência discursiva 1, ela explica que saiu do país em busca de trabalho e, chegando à Espanha, trabalhou como empregada doméstica, mas ganhava pouco e questionou sua patroa sobre isso, o que resultou em sua demissão.

Aí começou a violência em minha vida. Puseram-me na rua e tive que buscar um hotel muito econômico do bairro onde dormir. [...] quando acabou meu dinheiro, o dono do hotel tirou-me a pouca roupa que eu tinha e fiquei na rua apenas com a roupa do corpo, um vestido e minha bolsa com os documentos. [...] . A rua é o espaço mais vulnerável para as mulheres. Você está a mercê de todas e de todos. (SD1, Sánchez, 2015, n. p., negritos nossos, tradução nossa)⁴

A prostituição para as abolicionistas é violência e está ligada à pobreza, como dito na primeira seção deste trabalho. Assim, Sánchez diz que foi a partir da pobreza, do emprego sendo negado a ela que a violência começou em sua vida, ou seja, antes da própria prostituição, reiterando, portanto, os sentidos que são defendidos por ela, que as mulheres só chegam na prostituição por estarem vulneráveis e não terem oportunidade.

Nessa SD, podemos observar, também,

4 “Ahí empezó la violencia en mi vida. Me pusieron de patitas en la calle y tuve que buscar un hotel muy económico del barrio donde dormir. [...] Así que cuando se me acabó la plata, el dueño del hotel me quitó la poca ropa que tenía y me quedé en la calle nada más que con lo puesto, un vestido y mi cartera con los documentos. [...] La calle es el espacio más vulnerable para las mujeres. Estás a merced de todas y de todos.”

que Sánchez filia-se a um discurso da mulher vítima, o que nos remete a uma memória da formação discursiva que os conservadores têm, que o espaço público não é para a mulher e, apresenta, também, a formação imaginária que se a mulher está na rua, estará vulnerável e, até mesmo, disponível a alguém.

Em seguida, o entrevistador diz que muitas mulheres que saem de seus respectivos países para melhorar de vida, são enganadas e acabam na prostituição. Sonia Sánchez, então, critica isso também, pois, se foi preciso sair do país, é, mais uma vez, a falta de oportunidade levando as mulheres para a prostituição.

Afinal, migra-se para sobreviver. Na prostituição, não se vive, sobrevive-se. Quando vivia na rua, não sabia que existiam as putas nem os homens prostituintes. Também sabia que existiam fiolos (proxenetas). [...] Os possíveis empregadores respondiam-me que uma pessoa que vive em uma praça não tem domicílio legal e não me davam trabalho. E assim o mundo vai te expulsando. (SD2, Sánchez, 2015, n. p., negritos nossos, tradução nossa)⁵

Na SD2, percebe-se, mais uma vez, a prostituição colocada como única opção, ou falta dela, para aquelas que foram expulsadas pelo mundo. Então, assim como se migra pela falta de oportunidade, prostitui-se pela mesma razão, para sobreviver, e, ao dizer que na prostituição não se vive, sobrevive-se, Sánchez, a partir de sua experiência, nos traz a formação imaginária da mulher vitimizada pela sociedade.

Decidi procurar um trabalho, mas, claro, não tinha currículo. Pensei: “Só direi que sou Sonia Sánchez, chaquenha e recém-chegada à Cidade de Buenos Aires.” Consegui emprego em uma fábrica de casquinhas de sorvete. [...] entrava nas livrarias e passava horas lendo os livros que não podia comprar. (SD3, Sánchez, 2015, n. p., negritos nossos, tradução nossa)⁶

Percebe-se, nessa sequência discursiva, a questão da falta de oportunidade, em outra perspectiva. Segundo abolicionistas, a prostituição está ligada à pobreza, mulheres prostituídas não têm outra escolha. Sánchez demonstra que arrumou um emprego que não lhe pagava o suficiente para comprar, sequer, um livro, portanto, percebemos a contradição apontada pelas regulacionistas, de que querem abolir a prostituição, mas o que serão dessas mulheres? Trabalharão em um emprego que, novamente, não dará condições suficientes para que consigam se desligar completamente da prostituição, principalmente se levado em conta que, muitas das mulheres que estão na prostituição, estão apenas para complementar suas rendas salariais.

Quais são os direitos das putas? Preservativos grátis? Ter uma aposentadoria como prostituta? Desculpa, se é que chegam à aposentadoria! A maioria das putas não chega à velhice. E, se chega à velhice como puta, não vale nada. As putas velhas cobram uma miséria por um serviço. Supondo que se contribua para a Previdência, depois de quantos anos poderá se aposentar? E por que se aposenta uma puta? Pela quantidade de penetrações que teve em sua vida? Quais são os serviços sexuais que se consideram como trabalho? (SD4, Sánchez, 2015, n. p., negritos nossos, tradução nossa)⁷

5 “Al final se migra para sobrevivir. En la prostitución no se vive, se sobrevive. Cuando vivía en la calle no sabía que existían las putas ni los varones prostituyentes. Tampoco sabía que existían los fiolos (proxenetas). [...] Los posibles empleadores me respondían que una persona que vive en una plaza no tiene domicilio legal y no me daban trabajo. Y así el mundo te va expulsando.”

6 “Decidí buscarme un trabajo pero claro, no tenía currículum. Me planteé: “Lo único que voy a decir es que soy Sonia Sánchez, chaquenha y recién llegada a la ciudad de Buenos Aires”. Conseguí empleo en una fábrica de cucurucho de helado. [...] me metía en las librerías y me pasaba horas leyendo los libros que no me podía comprar.”

7 “¿Cuáles son los derechos de las putas? ¿Preserva-

Mais uma vez, percebe-se uma formação discursiva parecida com a formação discursiva machista, que puta não vale nada. Há, também, um tom de ironia sobre a prostituição como trabalho, quando ela questiona se a puta ganharia conforme a quantidade de penetrações que teve na vida. Além disso, nas sequências discursivas, é recorrente a desumanização da puta, portanto, abolicionistas lutam para que as mulheres saiam dessa condição, pois, enquanto putas, não valem nada.

Ao final da entrevista, Sonia Sánchez responde sobre o que a sociedade precisa para acabar com a prostituição. Primeiramente, ela diz que é necessário apagar a fronteira entre mulheres boas e más, o que nos remete a formação discursiva que separa as mulheres entre putas e do lar. Após isso, ela afirma que essa separação é, na verdade, culpa do patriarcado, que por conta da nossa socialização, criamos, inconscientemente, uma rivalidade feminina. Por fim, ao afirmar que regulacionistas e abolicionistas não conseguem, sequer, debater sobre a prostituição, ela se retira da posição de abolicionista e, conseqüentemente, da culpa desse debate não ser possível, mas, novamente, justifica depois dizendo e transferindo à culpa ao capitalismo e ao patriarcado.

A partir de agora, analisaremos as SDs do texto da Monique Prada, escrito para a revista online *Mídia Ninja* no ano de 2019. Nesse texto, Prada critica o modelo abolicionista e o feminismo radical, ligando-os a discursos conservadores e religiosos, apresentando, dessa forma, uma formação ima-

tivos gratis? ¿Tener un jubilación como prostituta? ¡Perdón! Si es que una llega viva a la jubilación. La mayoría de las putas no llega a la vejez. Y si llegas a vieja como puta no vales nada. Las putas viejas cobran una miseria por un servicio. En el supuesto de cotizar, ¿por cuántos años de puta vas a tener una jubilación? ¿Y por qué se jubila una puta? ¿Por la cantidad de penetraciones que ha tenido en su vida? ¿Cuáles son los servicios sexuales que se consideran como trabajo?"

ginária sobre as feministas radicais.

Cumpriríamos nosso horário de trabalho sem que ninguém nos contratasse, já que pagar por sexo seria um crime? Induziríamos os clientes ao crime? Por anos, procurei e não encontrei uma resposta clara, até que ontem pela manhã, um longo debate no Instagram com uma garota dita abolicionista elucidou a questão. Eu pergunto a ela o que devo eu, prostituta, fazer no dia seguinte à aprovação do modelo de criminalização do cliente no Brasil. No que devo trabalhar? Conseguiremos todas empregos imediatamente, em especial considerando o momento que o país atravessa? Me responde a menina que isso é uma questão simples de resolver: basta que eu continue exercendo a prostituição até encontrar outra alternativa laboral. Não fiquei surpresa com a resposta, mas realmente não esperava que ela verbalizasse este pensamento de modo tão canalha, direto e reto. (SD5, Prada, 2019, n. p., negritos nossos)

Nessa SD, Monique Prada questiona como funcionaria a prostituição em um modelo em que se criminaliza o cliente, o comprador. Com isso, segundo ela, as prostitutas induziriam os clientes ao crime, o que nos remete a dizeres que culpabilizam a mulher. Se o homem pagou por sexo, foi porque a prostituta induziu. Após isso, ela diz que, ao questionar uma abolicionista sobre onde trabalharia ao sair da prostituição, recebe a resposta que é só continuar na prostituição até conseguir outro emprego. Com isso, relembramos que Sonia Sánchez arrumou um emprego com baixo salário, o que, em muitos casos, tornam as mulheres ainda dependentes da prostituição.

Ao fim da SD, Prada não esconde que já esperava esse tipo de resposta de uma mulher defensora do sistema abolicionista, ou seja, expõe sua formação imaginária sobre as feministas radicais que lutam pelo fim da prostituição, que, segundo ela, não se im-

portam com as mulheres prostitutas.

De autoria do deputado João Campos (o mesmo da “cura gay”), usa exatamente os mesmos argumentos das feministas “abolicionistas” em sua defesa. Quando a lembrei disso, me chamou de desonesta – no entanto, são fatos: aqui e no resto do mundo, há vertentes feministas se aliando ao fundamentalismo religioso no que toca a pautas como pornografia, prostituição e direitos das pessoas trans. (SD6, Prada, 2019, n. p., negritos nossos)

Na SD6, Prada traz a questão sobre uma lei que busca criminalizar a contratação de serviços sexuais. Para fazer uma crítica às abolicionistas, ela afirma que essa lei foi criada pelo mesmo deputado que defende o projeto da “cura gay”, ou seja, relaciona os discursos conservadores aos discursos das feministas radicais.

Além disso, Prada utiliza aspas na palavra abolicionistas, como uma forma de ironia, questionando, então se essas feministas realmente lutam pela libertação das mulheres na prostituição.

Ao mesmo tempo, me parece um fenômeno bem atual: em tempos de avanço brutal do conservadorismo não é de se estranhar que este tipo de pauta ganhe espaço e apoio. O radfeminismo, lamentavelmente, tem se mostrado como o cavalo de troia que leva dogmas do fundamentalismo religioso para o seio dos feminismos e das esquerdas. Sob o guarda-chuva muito amplo de defesa dos direitos das mulheres, em algum ponto se lhes tira o direito à escolha e ao livre arbítrio, em nome muitas vezes de um ideal de fragilidade que deveríamos estar combatendo, não reforçando (até por ser uma prerrogativa machista e patriarcal, a suposta fragilidade feminina). (SD7, Prada, 2019, n. p., negritos nossos)

Na SD7, Prada a relaciona a criminalização da compra de serviços sexuais com o avanço do conservadorismo e, consideran-

do que o texto foi escrito em 2019, faz-se, aqui, uma crítica ao governo atual. Em seguida, novamente, ela relaciona o feminismo radical com os fundamentos religiosos e, ao chamar o movimento de cavalo de troia, ela coloca o feminismo radical como um falso feminismo que busca trazer o conservadorismo para esquerda.

Ao fim da sequência, ela traz a questão da escolha e do livre arbítrio da mulher, assim, filia-se à formação discursiva liberal, que defende a escolha das mulheres e critica o fato de colocarem as mulheres como frágeis e incapazes de tomarem suas próprias decisões. Assim, ao colocar-se como defensora da liberdade sexual da mulher, a fim de acabar com a “prerrogativa machista e patriarcal”, ela relaciona, novamente, o feminismo radical ao conservadorismo e, conseqüentemente, às filiações discursivas machistas.

Lhes pergunto: é neste exato momento que nos uniremos à bancada fundamentalista para apoiar um projeto que visa apenas controlar corpos e comportamentos de mulheres? Eu pensaria melhor antes de defender este modelo com unhas e dentes. Porém, aparentemente, o pensar mais profundo é uma possibilidade indisponível tanto para bolsominions quanto para radfeministas. (SD8, Prada, 2019, n. p., negritos nossos)

Na SD8, fica mais explícito a posição de Monique Prada em relação ao governo atual e, novamente, ela liga o feminismo radical ao conservadorismo e a ideia de controlar os corpos das mulheres e, ao comparar as feministas radicais aos bolsominions, fica mais exposta a imagem que Prada faz do movimento abolicionista.

Percebemos, então, a prostituição com diferentes efeitos de sentido nas duas formações discursivas. Essas formações se dão, sobretudo, quando consideramos a vivência dessas mulheres e, portanto, mesmo elas apresentando posições-sujeitos diferentes,

há contradições e as filiações discursivas acabam se encontrando.

Quando Sánchez demonstra um olhar desumanizado em relação às putas, nota-se a interpelação do indivíduo em sujeito, a partir do funcionamento da ideologia. Esses deslizamentos também se mostram nas falas da Monique Prada, ao dizer que só chegou à prostituição por conta da pobreza, e que se não houvesse pobreza, não haveria prostituição.

A partir dos pressupostos teóricos, para além das contradições, Sonia Sánchez apresenta uma formação discursiva anticapitalista e Monique Prada, apesar de criticar o sistema patriarcal capitalista e, também, alguns aspectos do modelo regulacionista, ela defende a prostituição como profissão, apresentando, assim, uma filiação ao discurso liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar dois dizeres contraditórios em relação à prostituição da mulher, com o intuito de compreender essas duas visões. Para isso, utilizamos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, o que nos permitiu refletir sobre as questões que nos levaram a esta pesquisa: quais mulheres ambos os dizeres podem estar silenciando? É possível pensar em uma prostituição regulamentada e livre de exploração? É possível pensar em liberdade de escolha e liberdade sexual da mulher considerando que vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal?

As respostas, então, se dão a partir dos diferentes sentidos produzidos e reivindicados sobre a mulher puta. Sentidos esses que são afetados pelas formações imaginárias, ideológicas e discursivas, que mostram a posição-sujeito dos nossos dizeres analisados, assim como, também, suas contradições.

Portanto, em alguns momentos, a im-

pressão que se tem é que elas compartilham da mesma formação imaginária em relação à puta. Claro que isso se dá a partir do funcionamento da memória, trazendo o tempo todo os efeitos de sentido sobre o que é ser puta, mas é interessante pensar que elas mantêm essa imagem apesar de suas vivências e lutas. No fim, elas buscam romper isso, mas de formas diferentes, uma pelo fim da prostituição, pois a puta não vale nada, e, a outra, reivindicando sentidos de uma puta trabalhadora e humana e, assim, percebermos o funcionamento do silenciamento em seus dizeres.

Embora, por conta de sua vivência, Monique Prada trazer, em seu discurso, a questão da pobreza e, assim, considerar que muitas mulheres não estariam na prostituição se tivessem outra condição de vida, percebe-se que, por conta da sua posição de “trabalhadora do sexo” - aqui, utilizamos as aspas para considerarmos o paralelo entre profissão e exploração -, sua luta é sobre essas mulheres, independentemente de como chegaram a prostituição, esse é a vida delas agora e precisa ser aceito. Portanto, pensamos em um silenciamento dos sentidos pejorativos da mulher puta que ecoam na memória, busca-se apagar a puta que não vale nada, a puta que foi explorada, a puta que não escolheu, e deslocar esse sentido para a puta trabalhadora, a puta livre, a puta com direitos.

Diferentemente, Sonia Sánchez, mesmo dizendo sobre essas mulheres que escolheram, ela argumenta que, na verdade, isso é apenas uma ilusão, que não existe escolha. Assim, percebe-se um silenciamento do poder escolher, já que, Sánchez, filia-se a um dizer que trata a prostituição como exploração e ninguém escolhe a exploração, então, a prostituição se limita à exploração de mulheres, e “o silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer.” (Or-

landi, 2007, p. 74).

Concluimos que, em ambos os dizeres, se fala das escolhas e das não escolhas, porém, de formas diferentes. Sánchez trata a escolha como ilusão e Prada traz as que não escolheram a partir de suas contradições, ao dizer que, com o fim da pobreza, a prostituição acabaria. Dessa forma, Sánchez nega e silencia a possibilidade de escolha e coloca o sentido de puta em duas posições: a que, primeiramente, foi explorada e, depois, a que não vale nada. Do outro lado, Prada reivindica outros sentidos para a palavra puta, silenciando sentidos antigos e os ressignificando.

Em relação às outras questões que levantamos durante a pesquisa, para refletirmos se é possível pensar em uma prostituição livre de exploração e se é possível pensar em liberdade de escolha e liberdade sexual da mulher uma sociedade capitalista e patriarcal, são respondidas de duas formas a partir dos deslocamentos de sentidos produzidos nos dois discursos analisados.

Como já posto, a palavra prostituição significa de forma diferente para Sonia Sánchez e para Monique Prada, visto que elas se filiam em formações discursivas diferentes. Apesar das contradições e deslizamentos, marca-se a permanência do embate entre profissão x escravização, escolhas x não escolhas. Portanto, para finalizar, o que deixamos, a partir do nosso olhar para esse corpus, são algumas considerações para refletirmos sobre um tema tão complexo que diz sobre corpos de mulheres, um tema que ecoa sentidos, deslocamentos e reivindicações de mulheres que viveram e ainda vivem a prostituição.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, Madrid, v. 19, p. 49-74, 2012. Disponível em: <https://mujeresenred.net/IMG/pdf/prostitucion_de_mujeres_escuela_de_igualdad_humana.pdf> Acesso em: 8 ago. 2020.

ATENCIO, Graciela. Sonia Sánchez: 'Ninguna mujer nace para puta', la historia de una sobreviviente de trata y prostitución. *Geo Violencia Sexual*, 14 out. 2015. Disponível em: <<https://geoviolenciasexual.com/sonia-sanchez-ninguna-mujer-nace-para-puta-la-historia-de-una-sobreviviente-de-trata-y-prostitucion/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BAZZANO, Ariana. Gênero, crime e preconceito: um panorama histórico das normativas internacionais de combate ao crime de tráfico de pessoas. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 417-445, dez. 2013.

FARIA, Nalu; COELHO, Sonia; MORENO, Tica. Prostituição: uma abordagem feminista. *Sempreviva Organização Feminista (SOF)*, São Paulo, p. 1-20, dez. 2013.

FARLEY, Melissa; FRANZBLAU, Kenneth; KENNEDY, M. Alexis. Online prostitution and trafficking. *Albany Law Review*, 77 (3), 1039-1094, jan. 2014.

FERRAÇA, Mirielly. Garotas de programa e o entre-lugar discursivo. *Revista do Gel*, São Paulo, (3), p. 986-997, 2016.

GARCIA, Dantielli. A mulher no idioma: efeitos de silenciamento e resistência. *Línguas e instrumentos linguísticos*, nº 40. São Paulo: Editora RG. p 69-87, 2017.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6^a.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRADA, Monique. Cuidado: trojan ameaça as lutas feministas no Brasil e no mundo - e ele pode estar escondido na luta antiporn. Mídia Ninja. 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/moniqueprada/cuidado-trojan-ameaca-as-lutas-feministas-no-brasil-e-no-mundo-e-ele-pode-estar-escondido-na-luta-antiporn/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena. Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. [S.L.] Revista Crítica de Ciências Sociais, 87, p. 69-94, dez. 2009.

Submissão: março de 2024.

Aceite: março de 2024.